

## **EXPRESSÕES DO REORDAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NO RIO DE JANEIRO: GESTÃO SOCIAL EM FOCO.**

**Aluna: Aline Tosta dos Santos**  
**Orientadora: Dra. Myrtes de Aguiar Macêdo**

### **Introdução**

Este relatório final pretende descrever as atividades desenvolvidas no projeto de pesquisa *‘Expressões do reordenamento da política de assistência social: gestão social em foco’*[7], sob a orientação da pesquisadora Dra. Myrtes de Aguiar Macêdo, desde minha inserção, no período de setembro de 2005 a agosto de 2007. O referido projeto está vinculado à linha de pesquisa: Trabalho, Gênero e Políticas Sociais do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. O objetivo geral do projeto consiste em ampliar a compreensão do reordenamento da Política de Assistência Social na perspectiva de descentralização desenhada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) [4].

A Constituição Federal<sup>1</sup> [3] situa a Política de Assistência Social como pública, universal e dever do Estado, no campo da seguridade social juntamente com a política da Saúde e da Previdência. Em 1993, é estabelecido a LOAS que conceituou a assistência como um direito do cidadão e dever do Estado. Em 2005, é aprovada a Norma Operacional Básica (NOB) que regulamenta o Sistema Único da Assistência Social [5] (SUAS). Este que materializa as diretrizes da LOAS apresenta como eixos estruturantes a matricialidade familiar e a territorialização.

Dessa forma a pesquisa investiga as novas formas de gestão social construídas, em nível local tendo como referência empírica os programas sociais, em especial, os de transferência de renda: Programa Bolsa-Escola (no âmbito do governo FHC) e o Programa Bolsa-Família (no âmbito do governo LULA), além dos programas de geração de trabalho e renda em três municípios do estado do Rio de Janeiro: São Gonçalo, localizado na região de Niterói e os municípios de Belford Roxo e São João de Meriti, localizados na Baixada Fluminense. No entanto, dirigi os meus esforços para este último município, no qual desenvolvi as atividades da pesquisa. Nesse sentido, este relatório apresenta como referência empírica o município de São João de Meriti.

O enfrentamento da questão social vem apontando novas formas de relação entre o Estado e a Sociedade. Desse modo, assume importância no Brasil ao longo dos anos de 1990 uma concepção regressiva dos direitos sociais acentuando o crescente distanciamento das políticas de combate à pobreza do modelo de seguridade social prescrito na Constituição Brasileira de 1988. Tal diretriz indicava para a redução da cobertura social estatal e adoção de critérios mercadológicos na formatação dos sistemas de proteção social.

Dado o processo de Reforma do Estado, com claro recorte Neoliberal, a relação entre Estado e Sociedade incorpora novas formas de gestão, as quais envolvem novos atores sociais. Assim, este processo de recomposição do campo assistencial incorpora dois princípios fundamentais: a descentralização político-administrativa e a participação da sociedade civil na elaboração e controle da Política de Assistência Social. Com relação aos programas sociais crescem as parcerias entre organizações privadas e o Estado. Estes inúmeros atores sociais motivados por interesses particulares compõem o universo diversificado do reordenamento das políticas sociais.

---

<sup>1</sup> Ver art. 203 e 204 da Constituição Federal de 1988.

O presente relatório apresenta três divisões principais que envolvem os seguintes tópicos: a metodologia de pesquisa (atividades desenvolvidas no curso da pesquisa), as considerações finais e as referências bibliográficas.

## **Metodologia**

A pesquisa, de natureza qualitativa, estuda o processo gestor junto aos programas sociais desenvolvidos no plano local, no contexto atual de redefinição das relações entre Estado, sociedade e economia do Brasil dos anos 1990.

A fase inicial da pesquisa incluiu a discussão do projeto de pesquisa e de títulos bibliográficos, além da caracterização histórica e sócio-econômica do município pesquisado. Em seguida o trabalho de campo que constituiu no mapeamento dos programas assistenciais governamentais e levantamento da base associativa. Também foram realizados trabalho de campo no município de São João de Meriti e Belford Roxo. A seguir detalharei cada uma dessas atividades separadamente.

Discussão do Projeto de Pesquisa e de Títulos Bibliográficos – Após a leitura do projeto participei de discussões sobre os aspectos fundamentais da pesquisa com o grupo de bolsistas. Com isso foi possível uma maior compreensão do objeto estudado, além do aprofundamento das categorias centrais referentes ao tema em questão.

As discussões com a equipe de pesquisa incluíram a revisão da bibliografia específica com vistas ao entendimento do processo de recomposição do campo assistencial. Para tanto, as contribuições de Boschetti [2] foram fundamentais. Segundo a autora, neste processo assume grande importância o princípio da descentralização. Este é fruto de um processo histórico, que tem por objetivo um novo arranjo nas relações entre Estado e sociedade civil na política de assistência social. Assim, a descentralização, com comando único em cada esfera governamental é a base que orienta o reordenamento da política de assistência social.

Neste processo é dada maior autonomia aos municípios, no que tange a execução e implementação da política. Sendo assim as ações são efetuadas de acordo com a necessidade dos mesmos, encontrando muitos obstáculos para sua implementação. Por outro lado, essa nova distribuição apresenta aspectos positivos, tendo como extrema importância, o reconhecimento das esferas locais como instâncias autônomas de poder, sem, contudo isentar o governo central da responsabilidade (técnica, financeira e política).

Durante o exercício da pesquisa pude compreender quais princípios e conceitos que fundamentam a Política Nacional de Assistência Social [5]. A concepção da assistência social como política pública tem como um dos principais pressupostos a territorialização. Assim, a operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos propostos para superar a fragmentação dessa política na prática.

Partindo do SUAS [5], um sistema descentralizado, participativo que apresenta como foco prioritário a família e como base o território, acredito que as contribuições de Ana Clara Torres Ribeiro(2005) [8] e Dirce Koga (2003) [6] foram fundamentais para a compreensão das categorias e conceitos que norteiam a pesquisa de campo e o projeto como um todo. O princípio da territorialização significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade e risco social. Considerando a alta densidade populacional do país e, ao mesmo tempo, seu alto grau de heterogeneidade e desigualdade sócio-territorial, a vertente territorial faz-se urgente e necessária na Política Nacional de Assistência Social.

Adotar o conceito de território implica considerar que muitos dos resultados das ações da política de assistência social impactam em outras políticas sociais e vice-versa. Nesse sentido é imperioso construir ações territorialmente definidas, juntamente com essas políticas. Na perspectiva de Milton Santos [10], o território é essencialmente relacional. Assim,

incorporar a vertente territorial traz novos elementos para a política de Assistência, visando a colocar os sujeitos na condição de protagonistas. Faz-se fundamental entender o modo pelo qual a política opera, levando em conta a cultura e a geografia da própria população com a qual trabalha. Conhecer melhor a complexidade do espaço físico-cultural em que se encontra a população parece ser tarefa essencial para o desenvolvimento, formulação e execução da política de Assistência. Significa um empenho na compatibilidade de informações a respeito da realidade em questão, ou seja, ir além dos limites territoriais. O princípio da territorialização possibilita orientar a proteção social de Assistência Social, na perspectiva do alcance da universalidade, na aplicação da prevenção e no planejamento da localização da rede de serviços, a partir de territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos.

Sendo o campo empírico desta pesquisa os municípios da região metropolitana, faz-se necessário compreender a metrópole, lugar onde se concentram as condições estratégicas para a acumulação capitalista e onde também se expressam contraditórios modos de vida. Para Ribeiro [8] a metrópole constitui uma forma que é ao mesmo tempo social e espacial. É nela que a divisão social e territorial do trabalho adquire mais visibilidade. Logo, os conflitos urbanos decorrem das tensões sociais relacionadas ao uso de recursos condensados no espaço urbano.

Devem-se apreender os conflitos urbanos articulados à desigual apropriação dos bens socialmente produzidos. Assim para garantir as formas sociais menos destrutivas é necessário abarcar a reflexão dos processos materiais e sociais que compõem a rede urbana e as relações cidade / campo. Nesse sentido, é importante ressaltar que a vida urbana se realiza, somente em parte, no contexto urbano, já que envolvem determinantes nacionais e mundiais. Esses determinantes reforçam as contradições sociais no nível da metrópole.

Os determinantes do presente indicam que a totalidade urbana não pode ser pensada apenas em causalidades, mas devem ser levados em conta os projetos das forças sociais do atual período histórico.

O estudo da metrópole exige o reconhecimento da sua complexidade. Nela se conjugam os fatores para a acumulação capitalista, os diferentes e contraditórios modos de vida. A partir do reconhecimento da complexidade do sistema é possível refletir sobre a ação do Estado e as estruturações do espaço urbano.

Durante o processo da pesquisa foi possível identificar alguns programas de orientação e apoio sócio familiar os quais tem colocado em pauta a importância da família no contexto da vida social. Dado o seu caráter histórico desenvolveu-se na política social brasileira uma forma setorializada (criança, adolescente, gestante, idoso) de atenção pública, culminando na fragmentação dos indivíduos, sem levar em conta seu lugar e sua interação no meio familiar, o que sem dúvida nenhuma conduz a uma leitura limitada das demandas. Na tentativa de superar esta deficiência o SUAS estabelece o princípio da matricialidade sócio familiar. Todavia é preciso considerar que com a crise econômica e a retração do Estado na esfera social, as ações e discursos voltadas para a família fundamentam-se em um cunho conservador. Parafrazeando Alencar [1], promovem a proposição de que a família é a grande responsável por prover as necessidades dos indivíduos, cumprindo a função de *anteparo social*. Assim questões de ordem pública, como desemprego, doenças e etc tem sua resolução deslocada para a esfera privada, como responsabilidade única dos membros da família. No entanto, caberia perguntar se a família, haja vista a atual conjuntura (alterações, arranjos diferenciados de famílias, desemprego e grave crise econômica) reúne condições para funcionar como anteparo social. Para Alencar [1] considerando que a maioria das famílias é chefiada por mulheres, esta responsabilidade, recai sobre as mães. Desse modo, a autora propõe que a atenção às famílias nos programas sociais, leve em considerações as novas configurações da questão social e que as estratégias de combate à pobreza interfiram nas relações de mercado.

Para compreender a dinâmica de implantação da política de Assistência Social, a pesquisa nos colocou em contato com a dissertação de mestrado de Márcia Regina Turra da Silva (2005) [9]. Neste estudo, Silva analisa os determinantes conjunturais (reforma do Estado, descentralização político-administrativa, mudanças no padrão de acumulação capitalista pós década de 90) que incidem diretamente sobre a prática dos assistentes sociais e na forma de implantação da política de assistência social, tendo como base empírica os municípios de Magé e Itaboraí no estado do Rio de Janeiro.

É fundamental também pensar que esses determinantes também afetam o Serviço Social. O profissional além de ter suas condições de trabalho reformuladas graças à flexibilização do trabalho, também se encontra em meio a uma cultura política clientelista e patrimonialista.

Silva (2005) [9] ressalta, em seu trabalho, as inúmeras dificuldades que os assistentes sociais enfrentam, desde falta de materiais, espaço adequado para entrevistas e até mesmo baixo salários. As diferentes formas de contratação (na maioria dos programas os contratos são temporários) acarretam uma fragmentação da categoria, uma incerteza de permanência no trabalho com resultados visíveis no que tange ao atendimento da população. A precarização das relações de trabalho também atinge os assistentes sociais. A maior parte dos profissionais entrevistados pela autora é contratada, sendo apenas quatro funcionárias públicas. Ao restante dos contratos compreende-se as mais diversas formas como: cargos comissionados, contratos temporários e terceirização. Entende-se assim que as duras condições de trabalho dos assistentes sociais configuram-se como um dos condicionantes de sua intervenção. Relacionando esta situação com a pesquisa no município de São João de Meriti, a equipe constatou mediante a visita ao Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/Centro de São João de Meriti, a total falta de perspectiva dos profissionais que ali trabalham. Estes são contratados pela prefeitura através de um contrato com uma organização Não Governamental - ONG. Os profissionais deixaram bem claro na entrevista o atraso no pagamento, a incerteza de permanência no programa e ainda ressaltaram a dificuldade de realizar um trabalho contínuo. Algumas vezes por falta de recursos, o CRAS é fechado e o trabalho quando é retomado parte-se quase que do princípio. Outro ponto que merece atenção é o uso clientelista dos programas sociais, o que contribui para uma concepção da assistência como não-política regida por princípios de subalternidade, patrimonialismo. Conforme apontam as contribuições de Yasbek (2004) [11] ainda permeia a Assistência uma cultura moralista e autoritária que culpa o pobre por sua pobreza. Nesse sentido, muitas ações da assistência podem destruir a noção do direito e re-interar a dependência ao invés de reforçar a emancipação.

Durante as leituras, e também com o conhecimento que venho adquirindo na pesquisa, percebe-se que nos programas pesquisados por Silva [9] não existe um caráter emancipatório, articulados com efetivas políticas de emprego ou geração de trabalho e renda. Esta situação também é verificada no município de São João de Meriti. Através dos trabalhos de campo a equipe de bolsista não encontra no município programas efetivos de geração de trabalho e renda. Mesmos nos Núcleos de Atendimento à Família do programa PAIF, onde é enfatizada a promoção e emancipação das famílias, o que encontramos são ações pontuais e limitadas como os cursos de artesanato.

Caracterização Histórica e Sócio-Econômica do Município Pesquisado - Realizei juntamente com a equipe de bolsistas a atualização da caracterização história e sócioeconômica de São João de Meriti. As informações foram obtidas com base no IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no IPAHB - Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico da Baixada e Fundação CIDE - Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (vide *sites 2,3,1*). Destaco a seguir alguns dos principais dados obtidos nesta caracterização:

- Até o início da década de 1940, as terras que compõe hoje a Baixada Fluminense, pertenciam ao território do município de Nova Iguaçu, sendo São João de Meriti o quarto distrito. Em 1947 ocorre a emancipação e sua instalação como município.
- No ano de 2001, São João de Meriti é o município de maior densidade demográfica da América Latina, tendo 13 mil habitantes por Km<sup>2</sup> e mais de 30% do PIB municipal, oriundo da chamada “economia informal” segundo a Associação Comercial e Empresarial da cidade. Segundo dados do IBGE, o município tem 35 quilômetros quadrados e possui uma população de 464. 327 no ano de 2005.
- Com em dados do IBGE, o município tem como característica marcante a prestação de serviços por empresa de comércio.
- Quanto ao Programa Bolsa-Família - PBF, segundo dados do site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (vide *sites* 4), o município atende 11.303 beneficiários, sendo cerca de 19.011 a estimativa total de família pobres. No entanto, há uma demanda muito grande para ser inserido posteriormente no programa. Com relação ao perfil do beneficiário do programa em São João de Meriti, a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMUTAS informa que a maioria das pessoas declara não possuir renda nenhuma, a não ser o trabalho informal esporádico.

As informações obtidas através desta caracterização permitiram minha aproximação com o município de São João de Meriti e compreender a sua dinâmica e estrutura. Possibilitando uma visualização mais clara da implementação das políticas sociais e suas implicações no município, em específico a da assistência social.

Mapeamento dos Programas Assistenciais Governamentais de São João de Meriti - O mapeamento a seguir apresentado abrange 10 programas de assistência social em funcionamento em São João de Meriti, no período de setembro de 2005 a novembro de 2006.

Os programas identificados foram:

- Renda Mínima para a Educação;
- Plantão Social;
- Programa Bolsa-Família;
- Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;
- Sentinela;
- Atenção a Criança de 0 a 6 anos;
- Cheque Cidadão;
- Atendimento Integral a Família – PAIF;
- Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e
- Atenção a Criança e ao Adolescente em situação de rua.

O mapeamento se realizou através da consulta de documentos da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, como o Plano Plurianual de Assistência Social (2002-2005) e o Relatório de Gestão da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social 2000; e também a partir dos dados obtidos nos trabalho de campo realizado no período de julho de 2005 a outubro de 2006.

Dentre os programas assistenciais mapeados destaca-se o Programa Bolsa-Família - PBF devido à significativa cobertura na transferência de renda em relação aos outros existentes. O Programa é destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e unificou os programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Bolsa Alimentação. No Brasil, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social o programa atende 11,1 milhões de famílias e possui como proposta uma estratégia de combate a pobreza da família beneficiária apresentando como principal critério de elegibilidade a renda familiar, meio pela qual a família é categorizada em situação de pobreza ou em situação de extrema pobreza. Dependendo da situação que se encontra a família o valor do benefício pode variar de R\$

15,00 à R\$ 95,00 com transferência monetária direta do governo federal para a família através de cartão magnético nos postos cadastrados.

O programa no município de São João de Meriti atende 11.303 beneficiários. Com a expressiva cobertura do PBF, as portas de entrada do programa vão se aperfeiçoando, embora possam ainda melhorar por meio do controle social e da incorporação de novos critérios para a identificação da pobreza que não se limitem apenas à renda. Por outro lado há uma questão importante a ser ressaltada: abrir as portas de saída do programa. Essa possibilidade permanece bastante comprometida em São João de Meriti devido à não articulação com outras políticas sociais, programas de emancipação e de geração de trabalho e renda. Além disso, um dado relevante foi a ausência de um sistema de informação que permitisse identificar a concentração dos beneficiários por bairros. Até onde a pesquisa pode verificar isso era justificado pela coordenação do PBF por causa da carência de computadores e de recursos humanos para realização deste trabalho, pois os profissionais necessitam se dividir entre os serviços de cadastramento e visitas domiciliares.

No final do ano de 2005 e início de 2006, o PBF passou por um processo de recadastramento dos beneficiários. Esse recadastramento visava não só atualização dos cadastros, como também a migração de alguns beneficiários que ainda estavam inseridos no programa Bolsa-Escola e que precisavam ser transferidos para o programa Bolsa-Família. Segundo a coordenadora do programa no município, foram muitas as dificuldades durante esse processo. De um lado devido ao não comparecimento de alguns beneficiários e por outro porque a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social (SEMUTAS) não teve tempo suficiente para adquirir os equipamentos para informatização dos dados.

Levantamento da Base Associativa do Município de São João de Meriti - Como foi dito anteriormente, além dos órgãos governamentais, no ano de 2006 foi possível conhecer e estudar a participação de das entidades não governamentais, realizando assim o levantamento da base associativa do município. A base associativa compreende todas as formas de entidades sociais formadas por associações ou organizações não-governamentais no município. Das 38 instituições mapeadas visitei as instituições que participavam do Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho da Municipal da Criança e do Conselho Municipal de Emprego, tais como: APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, CADTS - Centro de Aprendizagem e desenvolvimento Técnico Social, ABM – Associação de Bairros Meritiense / Conselho de Entidades Populares, AMOJAM – Associação de Moradores do Bairro Jardim-Metrópolis, SINCOVAME – Sindicato do Comércio Varejista de São João de Meriti, APAC – Associação dos Produtores Autônomos da Cidade e do Campo e Nossa Casa – Biblioteca Comunitária. Outro critério para a seleção das instituições a serem visitadas foi a concentração por bairros.

Outras entidades foram procuradas como: AMALYRA (Associação Martiliano Manoel Lyra), CAC (Centro de Atividades Comunitárias) e FRET (Fundação Rotária de Educação para o Trabalho), mas suas instalações estavam fechadas e/ou os responsáveis não se encontravam no momento da visita.

Evidencia-se uma atuação bastante atomizada por parte dessas entidades, devido dentre outras razões, a dificuldade do governo local, através de seus programas, em se articular com as entidades socioassistenciais existentes embora a maioria concentre suas atividades na área da Criança e do Adolescente. Isto se explica, pois no município está localizada uma Organização Não Governamental (ONG) de grande porte: a Casa da Cultura.

Dentre as entidades mapeadas, destacam-se a Casa da Cultura e a Associação de Bairros Meritiense (ABM). A primeira, por ser uma instituição articuladora da atuação das entidades sociais; e a segunda, pela sua história de mobilização nas lutas sociais do município. Ambas as instituições constroem parcerias com outras entidades, na representação junto aos

Conselhos de Direitos e na prestação de serviços. Este esforço de articulação é de grande importância para uma efetiva construção de uma rede de serviços.

Trabalho de Campo no Município de São João de Meriti e Belford Roxo - No ano de 2005 através do trabalho de campo conheci juntamente com a pesquisadora Dra. Myrtes de Aguiar Macêdo e com a equipe de bolsistas da pesquisa (Gisele Anselmo e Elaine Lourenço) a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social – SEMUTAS / São João de Meriti. Nesta instância entrevistamos a assistente social responsável pelos programas da secretaria e também o secretário de Ação Social, o qual também é o presidente do Conselho de Assistência do município. Assim foi possível conhecer alguns programas de geração de renda e como é a articulação dos gestores locais com os conselhos e a própria articulação dos municípios com os programas assistenciais federais, em especial o Programa Bolsa-Família. Neste mesmo município visitei com a pesquisadora Dra. Myrtes de Aguiar Macêdo e juntamente com a equipe de bolsistas da pesquisa (Gisele Anselmo e Elaine Lourenço) o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS localizado no bairro de Vilar dos Teles. Ainda neste CRAS realizamos uma entrevista com as técnicas responsáveis (uma assistente social e uma psicóloga) e percebemos de que forma a rede assistencial atende a demanda, enfim, compreendemos como é a realidade da assistência na esfera local.

Em 2006, diferentemente do ano anterior, pude visitar com mais frequência o campo empírico da pesquisa o quê sem dúvida nenhuma contribuiu para uma maior aproximação com as instituições visitadas. Neste ano eu já estava mais familiarizada com o objeto da pesquisa e aos poucos se estabelecia uma aproximação maior com os gestores, as instituições e até mesmo um conhecimento maior da dinâmica do município de São João de Meriti. Além dos órgãos governamentais, no ano de 2006 foi possível conhecer com maiores detalhes os programas governamentais desenvolvidos, o processo de implementação dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, a Comissão Municipal de Emprego, o Conselho Municipal de Assistência Social e a participação da rede socioassistencial, através do levantamento da base associativa. Abaixo seguem os aspectos relevantes dos principais programas identificados no município de São João de Meriti, no ano de 2006.

Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) - Tendo como objeto de estudo o reordenamento das políticas de assistência social, a partir do mapeamento dos programas assistenciais em desenvolvimento no município de São João de Meriti, identifiquei o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF composto por dois núcleos, sendo um implantado no centro e o outro, num bairro mais distante chamado Jardim Íris.

Através das entrevistas realizadas com os profissionais dos Núcleos de Atenção à Família - NAFs foi possível identificar de que maneira o programa está estruturado (tipos de atividades, número de famílias atendidas, limites do trabalho dos profissionais) e como estão inseridos na lógica do SUAS (perspectiva sobre o SUAS, divulgação da política com os usuários e implementação dos Centro de Referência da Assistência Social – CRAS). O programa oferece acompanhamento interdisciplinar às famílias por meio dos NAFs - Núcleos de Atendimento à Família. O PAIF está fundamentado nos princípios de matricialidade sócio-familiar, territorialização, articulação intersetorial e descentralização político-administrativa preconizados no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Segundo os informantes do NAF- Centro estão cadastradas 200 famílias, além de uma demanda significativa para a espera. Já no NAF – Jardim Íris estão cadastradas apenas 160 famílias, um número menor do que o previsto para a execução do programa (segundo informações da Proposta Conceitual do PAIF); porém os profissionais do núcleo informam que existem outras famílias em processo de cadastramento para o programa.

Os limites do trabalho, segundo os próprios informantes, constituem em certa medida como um desdobramento dos limites da própria política de assistência no município. A localidade em questão é uma cidade muito pobre e os bairros nos quais estão instalados os

núcleos dispõe de poucas estruturas, desprovidos de serviços sociais. Em ambos os bairros, NAFs são geralmente a única referência sócio-assistencial. Assim, o trabalho desenvolvido nos núcleos enfrenta dificuldades no que tange a rede de serviços do município que é insuficiente. Também são comuns nos núcleos do PAIF os limites da estrutura física. Os imóveis no qual o programa está instalado não são ideais para o atendimento, prejudicando principalmente no NAF – Jardim-Íris a meta de cadastramento de 200 famílias. Até o ano de 2006 este núcleo atendia 160 famílias.

Também pude identificar nos núcleos do programa PAIF, principalmente no núcleo Jardim-Íris, certa preocupação por parte dos profissionais quanto à permanência no emprego. Nesse sentido, as diferentes formas de contratação, em especial os contratos temporários, acarretam uma fragmentação da categoria, uma incerteza de permanência no trabalho com resultados visíveis no que tange ao atendimento da população. Além disso, uma possível descontinuidade das ações. Entende-se assim que as duras condições de trabalho dos profissionais configuram-se como um dos condicionantes da intervenção.

Agente Jovem - Outro programa identificado através do mapeamento foi o Agente Jovem. O projeto atende jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola com uma bolsa mensal no valor de R\$ 65,00. No município de São João de Meriti o trabalho é desenvolvido através de atividades com vídeos, dinâmicas, palestras e acompanhamento familiar. Este acompanhamento é realizado através da reunião mensal para o pagamento da bolsa. No período de realização do trabalho de campo, o projeto contava com 18 profissionais de diversas áreas distribuídos entre instrutores e orientadores. A equipe de profissionais é dividida pelo número de jovens, a cada 25 jovens o trabalho é desenvolvido por um orientador e um instrutor. São atendidos pelo projeto 250 jovens em São João de Meriti, em sua maioria adolescente que cumprem medidas sócio-educativas encaminhados pelo Conselho Tutelar ou Juizado da Infância. Os participantes frequentam os pólos de segunda-feira à quinta-feira cerca de 3 a 4 horas por dia. O município conta com quatro pólos para o desenvolvimento do programa.

PETI – O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil também foi mapeado no município durante o ano de 2006. Através do trabalho de campo pude entrevistar a coordenadora do PETI, conhecer a dinâmica do programa e identificar os dois pólos do programa, onde estão inseridas 100 crianças / adolescentes.

Cheque Cidadão – Este programa também foi identificado em São João de Meriti e no período do trabalho de campo, os cheques do referido programa eram distribuído por uma paróquia. No período pesquisado, o programa encontrava-se sobre a responsabilidade de um padre e uma colaboradora que voluntariamente realizava a inscrição e a distribuição do benefício. Nesta visita conheci a dinâmica de funcionamento do programa, os critérios de inserção e o número de beneficiários. Fui informada também a respeito das denúncias sobre o mal uso do cheque, inclusive a venda do benefício.

Sentinela - Com relação ao programa Sentinela, este esteve desativado durante o período de sucessão presidencial (FHC - LULA). Também foi identificado no exercício do mapeamento dos programas sociais do município. O Sentinela através de um conjunto articulado de ações atende crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual. No trabalho de campo em São João de Meriti conheci o pólo do programa e entrevistei a coordenadora.

O Sistema Único de Assistência Social [5] expressa a necessidade de repensar o atual funcionamento da rede socioassistencial, propõe uma mudança cultural das ações articuladas em segmentos, privilegiando a universalização da proteção social. A proteção social básica expressa pelo SUAS/2004 é operacionalizada por intermédio de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) implementados de forma territorializada, e pode atender de 2.500 a 5.000 famílias de acordo com o porte do município. Atua como a “porta de entrada” dos



usuários à rede de proteção social básica. O CRAS deve prestar informações e orientações para a população de sua área de abrangência, executar serviços de proteção social básica, organizar e articular a rede de serviços socioassistenciais local. Apesar de estar explícito na LOAS [4] a construção desta rede, observa-se que ainda permanece um hiato entre a lei e a realidade. Nesse sentido, não são poucas as dificuldades para a efetivação da mesma. Podemos citar a ausência de cadastros unificados que colaboram para a sobreposição de ações com a mesma população alvo, além do pouco conhecimento da realidade local.

Em São João de Meriti, pude conhecer e acompanhar, através do trabalho de campo, o processo de implementação do SUAS e conseqüentemente dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS que ainda é muito recente. A instalação dos CRAS no município se deu no final do ano de 2006. Foram implantados três CRAS no município, nos bairros de Éden, Jardim Íris (no mesmo espaço do Núcleo de Atendimento Integral a Família – NAF –) e no Centro do município, local também onde estava localizado o outro NAF. No ano de 2006 o CRAS funcionava dentro do programa PAIF, mas o governo federal vem mandando recursos para os CRAS, motivo pelo qual, o mesmo foi implantado abruptamente no espaço do NAF, além da população já possuir o PAIF como uma referência. Cabe ressaltar que, até o período do trabalho de campo, o convênio estadual que viabiliza o PAIF no município, segundo informações da coordenadora, terminaria no final do ano de 2006.

A coordenadora do Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF) no município assumiu a coordenação dos CRAS. Em entrevista com a coordenadora identifiquei que existe grande expectativa, por parte dos assistentes sociais da SEMUTAS, quanto a implantação dos CRAS, pois os mesmos acreditam que a população que reside mais afastada do centro terão um maior acesso aos serviços do programa. A coordenadora acredita na tendência de que a metodologia do PAIF/estadual irá subsidiar o modelo de trabalho nos CRAS.

Comissão Municipal de Emprego CME - Através de entrevistas nesta instância, a conselheira representante da bancada dos empregadores esclareceu que o município não tem sido atendido adequadamente no que se refere aos cursos enviados pela SETRAB (Secretaria Estadual de Trabalho). Apesar do trabalho da comissão (realizar o diagnóstico para saber qual é a mão-de-obra local e a demanda.) a mesma não exerce influência na seleção dos cursos e nem na escolha das instituições ministradoras. Assim, ocorre muitas vezes a desistência da instituição de ensino, já que o estado seleciona uma instituição de fora, tornando assim muito caro para o município instalar o curso. A CME acredita que esta atitude da SETRAB deve-se também ao fato de que não existem no município empresas que cumpram as exigências da Secretaria. Nesse sentido, São João de Meriti vem organizado um consórcio com outros municípios da região (Nova Iguaçu, Queimados, Seropédica e Belford Roxo. No período pesquisado, esse consórcio ainda encontrava-se em fase normativa nas Câmaras). O trabalho de campo constatou que o consórcio, na prática, constitui mais uma intenção do que uma iniciativa concreta. Como movimento de reivindicação, a própria Comissão Municipal de Emprego se reúne mensalmente. Também é realizado anualmente o Encontro de Conselhos ou Comissões da Baixada, produzindo assim uma pauta de reivindicações que é enviada a SETRAB.

A informante destaca ainda a postura centralizadora da SETRAB e afirma ainda que no período eleitoral não há realização de cursos no município. Devido as atuais condições a CME vem implantando, através de algumas parcerias, a *Escola de Profissões*, oferecendo cursos com o pagamento de uma taxa mensal.

Conselho Municipal de Assistência Social de São João de Meriti COMAS - No processo de desenvolvimento do trabalho de campo pude observar as reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social. As reuniões se realizam na sala do secretário de assistência, nas instalações da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social. No período do trabalho de campo, o presidente do conselho era próprio secretário de assistência do município,

obedecendo a alternância de uma presidência governamental e outra não-governamental. Como esta gestão governamental está por acabar e os conselheiros estão organizando os preparativos para as eleições, devendo ser a próxima presidência ocupada pela sociedade civil. Quanto à dinâmica da reunião do conselho observei que algumas instituições apresentam uma postura crítica com relação às ações do governo local. Por outro lado, determinadas instituições dificilmente contrariam as ações governamentais, acredito que isto ocorra, pois as mesmas temem a perda de financiamento para os programas que vêm desenvolvendo.

Em 2007, retornei ao município de São João de Meriti juntamente com a nova equipe de pesquisa (Carla Chaves e Monique Lomeu) e visitei as entidades Casa da Cultura e Associação de Bairros Meritiense. Este trabalho de campo teve por objetivo principal a atualização das informações anteriormente coletadas junto a estas entidades.

Foi observado que tanto a ABM quanto a Casa da Cultura, encontram dificuldades para o estabelecimento de uma rede socioassistencial. Esta dificuldade decorre de muitos fatores, dentre eles foi novamente mencionado a ausência de articulação por parte do gestor local. Este dado já vinha sendo apontado em momentos anteriores, no curso do trabalho de campo.

Sobre a participação nos conselhos, os informantes destacaram a necessidade de diálogo entre a sociedade civil e a esfera governamental, no sentido de adequar as propostas a realidade local. Acrescenta que o governo já traz as propostas de maneira “tendenciosa”, porém os técnicos que estão presentes nos conselhos possuem uma visão crítica, o que permite juntamente com a sociedade civil reverter algumas propostas. Apontam também que devido a todas estas dificuldades encontradas, alguns conselhos funcionam apenas para que os orçamentos sejam aprovados. Nesse sentido, as reuniões são pouco deliberativas somando-se o fato de que muitas propostas chegam às reuniões com bastante urgência para que se decida, impedindo uma visão adequada a cerca do que está sendo aprovado. No que se refere a participação nos conselhos, falta também preparo para que os conselheiros ocupem os cargos aos quais são designados. Nesta visita também foi mencionado a implantação de mais um CRAS no município totalizando quatro unidades e o retorno do convênio PAIF.

Também no ano de 2007 realizei trabalho de campo no município de Belford Roxo, onde pude conhecer o trabalho de dois CRAS: Santa Teresa e Jardim Bom Pastor. O processo de implementação do SUAS se deu por volta do ano de 2005 e atualmente o município conta com oito unidades, sendo duas estaduais. Neste trabalho de campo no município de Belford Roxo encontrei algumas dificuldades para visitar os CRAS devido aos empecilhos colocados pela Secretaria de Bem-Estar Social.

Nos CRAS a maioria das famílias cadastradas é chefiada por mulheres, as quais são beneficiárias do Programa Bolsa-Família. Para acompanhar as famílias beneficiárias do PBF, o município de Belford Roxo tem recebido recursos para investir na execução do programa. Esse recurso é calculado pelo Índice de Gestão Descentralizada – IGD. Este índice é um indicador (número que varia de 0 a 1) que mede a qualidade da gestão municipal do Programa Bolsa Família. Com essa verba o município de Belford Roxo custeia as despesas (material e remuneração dos instrutores) dos cursos desenvolvidos no CRAS Bom pastor. Desse modo, somente participam destes cursos as famílias que recebem o Bolsa-Família. Com o repasse do IGD também são financiadas cestas-básica que atendem algumas famílias do Programa Bolsa-Família. Não são todas as famílias que recebem a cesta. Para a concessão é realizada uma visita domiciliar e um estudo social.

Observei também aspectos relativos às atividades desenvolvidas nestes espaços. Geralmente são oficinas voltadas para o público infanto-juvenil e feminino. Com relação às oficinas voltadas para as crianças e adolescentes estas são muito procuradas pelas mães, pois de certo modo constituem uma ocupação que afasta do risco social, como no caso da cooptação para o tráfico de drogas. Pude observar juntamente com a equipe de pesquisa

(Carla Chaves e Monique Lomeu) que os CRAS em Belford Roxo constituem uma grande referência socioassistencial para as famílias.

Quanto às instalações o CRAS Jardim Bom Pastor funciona numa casa alugada e a unidade de Santa Teresa funciona em um espaço cedido pelo centro comunitário local. Nesse sentido, chama a atenção o estabelecimento de parcerias que vão desde a cessão do imóvel até o encaminhamento das diversas demandas recebidas pela equipe técnica.

Participação em Eventos Relacionados ao Objeto Pesquisado –

1- V Conferência Estadual de Assistência Social / RJ – Em outubro de 2005 tive a oportunidade de participar na qualidade de ouvinte da V Conferência Estadual de Assistência Social - RJ, com o tema: “*SUAS – Plano 10: Estratégias e metas para a implementação da política nacional de assistência social*”. Realizada no hotel Glória - RJ, a conferência foi muito proveitosa para que eu compreendesse como os segmentos da sociedade vinculados à assistência social participam e deliberam contribuindo para a construção do Plano Nacional de Assistência Social (SUAS).

Gostaria de destacar algumas das discussões levantadas na conferência. Principal eixo da conferência, o papel do Estado na proteção social foi mais uma vez re-afirmado como condição indispensável para a construção de sociedade mais democrática e menos desigual. Além do papel da família no SUAS, também foram apontados os limites e a relevância da assistência social. Outro importante debate, a assistência social como componente dos direitos sociais, revelou a necessidade de efetivação de uma política que realmente materialize a assistência como direito. Reservada para o último dia, a discussão acerca da construção participativa do SUAS e a elaboração de um plano para dez anos proporcionou a reflexão sobre a universalização da proteção básica, a autonomia dos usuários, a capacitação de recursos humanos e o planejamento estratégico na criação dos CRAS. No último dia também observei a apresentação e apreciação das consolidações dos relatórios das deliberações das conferências municipais e a deliberação da conferência estadual sobre o tema. Como este momento demandava a participação de todos os municípios a plenária foi dividida de acordo com o porte dos municípios e eu participei do grupo das Metrópoles, onde estavam incluídos os municípios de São Gonçalo e Rio de Janeiro.

2- II Encontro de Famílias do PAIF – Este evento realizado março de 2006 foi um convite que a equipe de pesquisa (Aline Tosta e Elaine Lourenço) recebeu quando estive no município realizando trabalho de campo em um dos núcleos do PAIF (Programa de Atenção Integral à Família). Percebemos que o evento tinha o objetivo de mostrar o trabalho que está sendo desenvolvido nos núcleos do PAIF para a coordenadora estadual que estava presente e ainda tendo sido utilizado pelos governantes locais um momento oportuno para fazer campanha eleitoral. O encontro teve como tema o SUAS – Sistema Único da Assistência Social e na sua programação apresentação de danças, oficinas de artesanato, recreação para as crianças, palestra sócio-educativas. Houve também a formação com a seguinte composição: o prefeito do município, o Secretário de Ação Social e Trabalho, a coordenadora estadual do programa, o subsecretário municipal de Cultura, a coordenadora do PAIF no município e um vereador. Esses falaram sobre a importância do PAIF para São João de Meriti. Foram apresentadas as equipes de trabalho dos dois NAFs (Núcleo de Atendimento à Família) e no término deste momento apenas a coordenadora estadual citou sobre o SUAS. No final do encontro a assistente social da prefeitura e também coordenadora do PBF também falou em poucos minutos sobre o SUAS.

3- XIV Seminário de Iniciação Científica da PUC- Rio – Em agosto de 2006 apresentei neste seminário juntamente com a bolsista de iniciação científica, Elaine Lourenço, uma comunicação oral intitulada “O Programa de Atendimento Integral à Família na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social no município de São João de Meriti”. O objetivo da exposição consistia em compreender as formas de implementação do programa, a nível local,

que tem como eixo à municipalização expressa na descentralização político-administrativa; as ações do programa e sua vinculação com a emancipação e promoção das famílias, na lógica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para tanto, foram utilizados os conceitos de Matricialidade sócio-familiar, Território, Intersetorialidade e Descentralização expressos no SUAS. A comunicação resultou em um resumo publicado nos anais do seminário.

4- X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) – Juntamente com a equipe de pesquisa (Elaine Lourenço, Gisele Anselmo e Francisca Assis) enviei um estudo ao X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social intitulado “A Retomada da Família nos Programas Sociais: Bolsa-Família, PAIF e Cheque-Cidadão”. O mesmo foi selecionado para apresentação na forma de pôster no referido encontro. O estudo analisa um aprofundamento da discussão em torno da retomada da família nos programas sociais. Utilizamos como objeto de análise os seguintes programas: Programa Bolsa Família (PBF), Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF) e Programa Cheque-cidadão, a partir do campo empírico, os municípios de Belford Roxo e São João de Meriti. Neste trabalho, ressaltamos a responsabilização da família no que tange a provisão de serviços sociais básicos como um substituto do Estado no contexto de implementação do modelo neoliberal.

5- I Seminário Interno de Iniciação Científica do Departamento de Serviço Social - Neste evento apresentei junto com a equipe de pesquisa (Carla Chaves e Monique Lomeu) alguns dos resultados obtido no projeto “Expressões do reordenamento da política de assistência social: gestão social em foco”. O evento ocorreu em 20 de junho de 2007 e teve como principal objetivo a divulgação das linhas de pesquisa desenvolvidas pelo Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

6- V Conferência Municipal de Assistência Social de Belford Roxo - Participei juntamente com a equipe de pesquisa (Carla Chaves e Monique Lomeu) como ouvinte da V Conferência Municipal de Assistência Social de Belford Roxo. A conferência realizada no dia 30 de junho de 2007, no Espaço Cultural Fabel (Faculdade de Belford Roxo) teve como tema: Compromissos e Responsabilidades para assegurar a Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Nesta conferência, os debates e as exposições ressaltaram a centralidade da família na Política Nacional de Assistência Social. Além disso, os expositores reforçaram a necessidade de compreensão dos múltiplos arranjos familiares. Também foi evidenciada a importância do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS como porta de entrada e responsável pela articulação da rede. Mostraram também que além do CRAS, as Associações de Moradores são espaços importantes para articulações. Outro destaque é a preocupação com os serviços prestados a população, tendo como desafio definir um padrão de qualidade destes serviços. Como desdobramento da qualidade dos serviços, as ações da assistência devem ter por objetivo o empoderamento da população para que assim possam exercer a cidadania e a titularidade de seus direitos.

Sobre a discussão nos três grupos de trabalho a única direção para o debate foi os 10 direitos socioassistenciais. Ou seja, o mesmo assunto foi tratado nos três grupos de trabalho. Apesar da relativa desorganização da conferência e ausência de uma estrutura física adequada, as propostas deliberadas pelos grupos de trabalho foram originais e adequadas à realidade local.

7- IV Conferência Municipal de Assistência Social de São João de Meriti – Juntamente com a equipe de pesquisa (Carla Chaves Monique Lomeu) participei na condição de ouvinte desta conferência realizada em 27 de julho de 2007 no auditório da Subsecretaria Municipal de Cultura (Centro Cultural Meritiense). A conferência teve com tema “Compromissos e Responsabilidades para Assegurar a Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social”. A discussão nos Grupos de Trabalho abarcou os seguintes temas: Controle Social, Direitos Socioassistenciais, Recursos Humanos e Financiamento.

No que tange à organização da conferência, percebi que a mesma transcorreu de modo organizado, inclusive com um amplo espaço, confortável e com salas separadas para a discussão nos grupos de trabalho. No entanto, nesta conferência os procedimentos adotados, de certo modo, direcionavam e induziam os participantes. Um exemplo disso foi a elaboração, por parte da comissão organizadora, da planilha de propostas. Este material, ao organizar o trabalho dos grupos contribui também para inviabilizar a discussão e o debate, o que acarretou para que a conferência fosse pouco deliberativa.

### **Considerações Finais**

A partir desta pesquisa no município de São João de Meriti pude identificar e analisar o reordenamento da Assistência Social no Brasil e a sua expressão local. O SUAS é o indicativo de uma luta constante de profissionais que trabalham nesta área por uma efetivação de uma política com caráter universal.

A pesquisa procurou identificar os limites e possibilidades de implementação do SUAS através dos quatro CRAS instalados em São João de Meriti. Como a implantação dos CRAS encontra-se em fase embrionária não é possível empreender uma avaliação deste processo.

Assim, no curso da pesquisa, a partir do viés da municipalização, foram destacadas as relações horizontais construídas entre governo municipal e as entidades socioassistenciais, conforme nos aponta Boschetti [2]. Esta diretriz permitiu avaliar o potencial de construção de uma rede socioassistencial em São João de Meriti.

A construção desta rede para sustentar a dimensão da proteção social básica vem sendo o grande desafio na implementação dos CRAS e na consolidação da assistência social como política de seguridade social não contributiva. Como a rede socioassistencial é composta por entidades sociais e instituições do poder público, no município em estudo, identifiquei que a maior fragilidade deste mecanismo se encontra na não articulação da sociedade civil com o órgão gestor municipal e ainda a não participação efetiva nos conselhos. No entanto, observa-se um grande esforço de articulação por parte de duas entidades socioassistenciais.

A partir do eixo da descentralização assume destaque a criação e a atuação dos Conselhos de Municipais de Assistência Social. Em São João de Meriti identifiquei alguns entraves que são colocados para que esta instância não exerça o controle social. Destaco o despreparo de muitos conselheiros, as divergências quanto à concepção de política entre o órgão gestor e as entidades socioassistenciais e a ausência de uma estrutura física que garanta a imparcialidade e a representação de seus titulares.

Como estratégia de combate à pobreza os programas sociais implementados pelo Estado, em especial, o Programa Bolsa-Família constituem para muitas famílias meritienses, como também para milhares de famílias brasileiras, um suporte indispensável para o suprimento das necessidades mais básicas. Apesar desta importância questiona-se em nível local o uso destes programas. Estes por vezes re-atualizam o discurso comunitarista e clientelista no trato das questões sociais. Cabe ainda destacar, apesar da tônica assistencialista do gestor local, observa-se um esforço muito grande por parte dos técnicos em afirmar a assistência como um direito. Percebo assim, o campo de tensões no qual se inscreve os vetores da Política de Assistência Social.

No processo de coleta de dados é importante registrar, muitas vezes, que este se tornou complicado, permeado de entraves, principalmente na liberação de documentos e informações pela diretoria da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social.

Considero que o trabalho de campo e toda reflexão que se permitiu no desenvolvimento da pesquisa possibilitou compreender as novas expressões da questão social e de que maneira o município tem respondido a estas demandas. Destaco a pequena abrangência dos programas, principalmente os de geração de trabalho e renda, a precariedade dos serviços de saúde, além da estrutura incipiente dos CRAS.

De tudo que foi observado, destaca-se o estágio de implementação do SUAS, como um enorme desafio para o município de São João de Meriti, haja vista as ambigüidades da política de assistência social.

Por fim, gostaria de salientar que integrar a equipe de pesquisa, como bolsista de iniciação científica veio a contribuir para a ampliação dos meus conhecimentos e uma visão mais crítica da realidade social e também com maior embasamento teórico.

### Referências Bibliográficas

- [1] ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1999 e seu impacto no âmbito das famílias. In: SALES, Mione Apolinário, MATOS, Maurílio Castro de. LEAL, Maria Cristina (org.). **Política Social, Família e Juventude – Uma questão de direitos**. 2º edição, São Paulo, Cortez Editora, 2006.
- [2] BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2. Ed. Brasília. 2003.
- [3] BRASIL, **Constituição Federal do Brasil** de 1988.
- [4] BRASIL, **Lei Orgânica de Assistência Social**, 1993.
- [5] BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social. **“Política Nacional de Assistência Social”**. Brasília 2004.
- [6] KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo. Cortez. 2003.
- [7] MACÊDO, Myrtes Aguiar. Projeto de pesquisa: PUC-RJ, **Expressões do reordenamento de políticas de assistência social no Rio de Janeiro: gestão em foco**. 2004.
- [8] RIBEIRO, Ana Clara Torres. Metrópole: a (in) sustentabilidade do ser. In: PELEGRINO, Ana Izabel de. **Política de habitação e trabalho no Brasil**. DP e A Editora, 2005.
- [9] SILVA, Márcia Regina Turra da. As estratégias dos assistentes sociais na implementação da política de assistência social. Capítulo IV, pg. 110 a 153. IN: SILVA, M. R. T. (2005). **As implicações da nova configuração da assistência social na intervenção dos assistentes sociais**. Rio de Janeiro, PUC-Rio. Dissertação de Mestrado em Serviço Social
- [10] SILVEIRA, M<sup>a</sup> L.; SANTOS, MILTON. O Brasil: **Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2005.
- [11] YASBEK, Maria Carmelita. **As ambigüidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS**. In. **Serviço Social e Sociedade**. Cortez, n<sup>o</sup> 77, 2004.

### Sites

- 1- <http://www.cide.rj.com.br> acesso em 26/06/2006.
- 2- <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> acesso em 26/06/2006.
- 3- [http://www.ipahb.com.br/turismo\\_sjm.php](http://www.ipahb.com.br/turismo_sjm.php) acesso em 26/06/2006.
- 4- <http://www.mds.gov.br> acesso em 22/06/2006.